

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1298290 - MG (2018/0122313-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**AGRAVANTE : ALEXSANDRO SILVESTRE DE SOUZA**  
**ADVOGADO : ADINAN RODRIGUES PASSOS E OUTRO(S) - MG134986**  
**AGRAVADO : BANCO BMG SA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

### **EMENTA**

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DE CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. VÍCIO DE CONSENTIMENTO. INEXISTÊNCIA DE ERRO SUBSTANCIAL NA CONTRATAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO A DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE NESTA CORTE. SÚMULA 280/STF. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECLAMO. SÚMULA 284/STF. AGRADO INTERNO DESPROVIDO.

1. O exame de normas de caráter local é inviável no âmbito do recurso especial, em virtude da vedação prevista na Súmula 280 do STF, segundo a qual "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário". Precedentes.
2. A revisão da conclusão estadual - acerca da inexistência de vício de consentimento na adesão ao contrato de cartão de crédito, razão pela qual prevalecem as obrigações ajustadas entre as partes - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.
3. A interposição do recurso especial com fundamento na alínea c do permissivo constitucional não dispensa a indicação do dispositivo de lei federal ao qual o Tribunal de origem tenha dado interpretação divergente daquela firmada por outros tribunais. O não cumprimento de tal requisito, como no caso, importa deficiência de fundamentação. Incidência da Súmula 284/STF.
4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.
5. Agravo interno desprovido.

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator